

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015**

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria e Acionistas da
GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Guarupart Participações Ltda. (“Empresa”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa e suas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, que é conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa e suas controladas, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa e suas controladas. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Guarupart Participações Ltda.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Demonstrações contábeis individuais

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, que emitimos relatório sem modificação em 08 de maio de 2015 e com parágrafo de ênfase referente a incerteza quanto a realização de contas a receber da venda de investimento, fato regularizado em 2015 com o aditamento contratual.



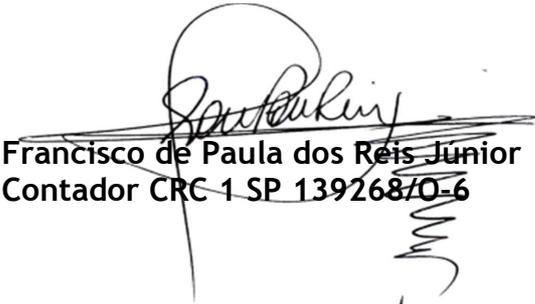
Demonstrações contábeis consolidadas

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, emitimos relatório sem modificação em 08 de maio de 2015.

São Paulo, 08 de abril de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6



Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1SP 223326/O-3

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA

0

Demonstrações de Resultados

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta:					
Transmissão e geração de energia		-	-	1.632.919	1.575.942
Serviços prestados		-	-	-	23
Receita operacional bruta:	24	-	-	1.632.919	1.575.965
Deduções da receita bruta	24	-	-	(139.360)	(101.834)
Receita operacional líquida	24	-	-	1.493.559	1.474.131
Custos operacionais					
Custo dos serviços prestados		-	-	(136.898)	(151.202)
Energia comprada para revenda		-	-	(58.509)	(65.655)
Custo de infraestrutura		-	-	(75.778)	(93.655)
Depreciação / Amortização		-	-	(68.753)	(35.305)
		-	-	(339.938)	(345.817)
Lucro bruto		-	-	1.153.621	1.128.314
Despesas (receitas) operacionais:					
Vendas		-	(46)	-	(239)
Administrativas e gerais		(13.126)	(12.736)	(98.052)	(88.124)
Depreciação / amortização		(83)	(84)	(4.888)	(3.327)
Honorários da Diretoria e Conselho de Adm.		-	-	(18.649)	(16.431)
Resultado da equivalência patrimonial	14	133.541	332.102	15.580	124.784
Outras receitas		1	88.316	14.870	93.639
Outras despesas		(6)	(352.195)	(162)	(367.473)
		120.327	55.357	(91.301)	(257.171)
Lucro antes do resultado financeiro		120.327	55.357	1.062.320	871.143
Despesas financeiras	23	(8.224)	(25.664)	(521.776)	(339.844)
Receitas financeiras	23	1.987	12.888	87.842	84.442
		(6.237)	(12.776)	(433.934)	(255.402)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		114.090	42.581	628.386	615.741
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(96.038)	(78.884)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	17.708	22.839
Lucro líquido do exercício		114.090	42.581	550.056	559.696
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		114.090	42.581	114.090	42.581
Acionistas não controladores		-	-	435.966	517.115
		114.090	42.581	550.056	559.696
Lucro líquido por lote mil ações do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$		0,24	0,09		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		
EBTIDA - LAJIDA		120.410	55.441	1.135.961	909.775

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	114.090	42.581	550.056	559.696
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	114.090	42.581	550.056	559.696
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	114.090	42.581	114.090	42.581
Acionistas não controladores	-	-	435.966	456.469
Resultado abrangente total	114.090	42.581	550.056	499.050
Lucro por ação - Controladores	0,24	0,09	-	-
Lucro por ação - Não controladores	-	-	-	-
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil	476.726	476.726	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão de balanço	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações reflexa	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Capital						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	476.726	(22.136)	68.599	1.206.485	47.578	-	7.722	1.784.974	(3.108)	2.443.064	4.224.930
Realização do Lucro auferido pela controladora em transações com controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	3.108	-	3.108
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa	-	-	-	-	(1.389)	-	-	(1.389)	-	-	(1.389)
Outros Ajustes	-	-	-	19	-	-	-	19	-	-	19
Ajuste reflexo de Reserva de Reinvestimento	-	-	-	-	230	-	-	230	-	-	230
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	987	987	-	-	987
Dividendos	-	-	-	(59.497)	-	-	-	(59.497)	-	-	(59.497)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.581	-	42.581	-	517.115	559.696
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(667.944)	(667.944)
Reserva legal	-	-	2.129	-	-	(2.129)	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(10.113)	-	(10.113)	-	-	(10.113)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	-	-	-	30.339	-	(30.339)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	476.726	(22.136)	70.728	1.177.346	46.419	-	8.709	1.757.792	-	2.292.235	4.050.027
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa	-	-	-	-	(1.550)	-	-	(1.550)	-	-	(1.550)
Outros Ajustes	-	-	-	-	-	18	-	18	-	-	18
Ajuste reflexo de Reserva de Reinvestimento	-	-	-	-	(228)	-	-	(228)	-	-	(228)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	19.269	19.269	-	-	19.269
Dividendos	-	-	-	(120.528)	-	-	-	(120.528)	-	-	(120.528)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	114.090	-	114.090	-	-	114.090
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	152.039	152.039
Destinação proposta à AGO:											
Reserva legal	-	-	5.705	-	-	(5.705)	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(27.096)	-	(27.096)	-	-	(27.096)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	-	-	-	81.307	-	(81.307)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	476.726	(22.136)	76.433	1.138.125	44.641	-	27.978	1.741.767	-	2.444.274	4.186.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	114.090	42.581	550.056	559.696
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Resultado de não controladores	-	-	(435.966)	(517.115)
Resultado da equivalência patrimonial	(133.541)	(246.129)	(15.678)	(124.874)
Depreciação e amortização	83	84	73.641	38.422
Valor residual das baixas do imobilizado	-	-	1.078	143.475
Valor residual das baixas de investimentos	-	332.395	-	6.145
Valor residual das baixas do intangível	-	-	3.913	36.492
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	6.771	7.419	504.615	358.059
Receitas financeiras	(1.100)	(9.828)	(45.276)	(54.004)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(96.038)	(78.884)
Imposto Diferido	-	-	17.708	22.839
Realização de resultados de exercícios futuros	-	(63.564)	-	63.654
Resultado realizado operações intercompany	-	(22.409)	-	3.108
Ajuste participação de minoritário	-	-	152.039	(150.829)
	(13.697)	40.549	710.092	306.184
(Aumento) Diminuição de Ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	51.313	698.567
Contas a receber ativo financeiro	-	-	(76.929)	(99.570)
Estoques	-	-	2.073	21.401
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	(11.113)	(25.545)
Tributos e compensar	(841)	209	(6.875)	48.576
Adiantamentos a fornecedores	3	776	(14.917)	114.161
Investimento de curto prazo	-	-	210.637	124.443
Títulos e valores mobiliários	4.228	(60.000)	(6.969)	(65.462)
Outras contas a receber	180	238	(11.148)	(1.102)
Cauções e depósitos judiciais	(100)	1.947	(466)	-
Partes relacionadas	295	6.581	19.965	120.941
Dividendos	-	-	10.960	3.911
Alienações de investimentos	-	(57.220)	-	(57.220)
Despesas antecipadas	(1)	-	(7.812)	1.147
	3.764	(107.469)	158.719	884.248
Aumento (Diminuição) de Passivos				
Fornecedores	341	(3.252)	259.214	(225.015)
Salários, férias e encargos sociais	-	-	(868)	(81.892)
Contribuições e impostos a recolher	268	(1.417)	107.685	(35.827)
Imposto de renda diferido	(2)	(1.084)	(8.801)	(47.635)
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	3.991	7.179
Provisões de constituição dos ativos	-	-	(11.694)	70.277
Outras provisões	-	-	6.170	(36.294)
Adiantamentos de clientes	-	-	42.631	43.475
Dividendos a pagar	-	-	(2.027)	12.134
Partes relacionadas	(7.132)	(43.373)	(26.318)	(35.220)
Outras contas a pagar	767	(92)	(20.645)	(42.383)
	(5.758)	(49.218)	349.338	(371.201)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	(15.691)	(116.138)	1.218.149	819.231
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimento	-	-	(51.720)	(143.684)
Imobilizado	-	-	(871.269)	(397.331)
Intangível	-	-	(1.462)	(20.133)
Dividendos recebidos	161.601	290.881	-	-
	161.601	290.881	(924.451)	(561.148)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos tomados	61.137	53.000	1.094.042	1.614.966
Amortizações e pgtos de empréstimos	(76.408)	(60.898)	(997.683)	(1.957.140)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(5.420)	(33.287)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(130.641)	(166.854)	(130.641)	(166.854)
	(145.912)	(174.752)	(39.702)	(542.315)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(2)	(9)	253.996	(284.232)
Disponibilidades no início do exercício	17	26	337.876	622.108
Disponibilidades no final do exercício	15	17	591.872	337.876
	(2)	(9)	253.996	(284.232)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 08 de Abril de 2016.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia optou por apresentar essas informações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas a cada data de reporte.

2.3. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.4. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a empresa controladora e as controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2015	31/12/2014
Controladas diretas:			
Alupar Investimento S.A	Holding	64,65	64,65
Cia Técnica de Engenharia Eletrica - Sucursal Argentina	Serviços	-	100,00
Controladas indiretas:			
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02
Boa Vista Participações S.A.	Holding	80,00	80,00
Alupar Chile Inversiones SpA	Holding	100,00	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	52,01	50,01
Ijuí Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	64,19	61,00
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	68,83	65,70
Ferreira Gomes Energia S.A	Geração	100,00	100,00
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	Geração	99,97	99,95
Forquilha IV Energia S.A.	Geração	99,99	99,99
Verde 8 Energia S.A.	Geração	99,90	99,90
Água Limpa S.A.	Geração	90,00	90,00
La Virgen S.A.C.	Geração	15,09	24,79
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	99,99	50,99
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	99,99	50,99
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	99,99	50,99
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	99,99	50,99
Energia dos Ventos X S.A.	Geração	99,99	50,99
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	21,96	21,96
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	47,52
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Transmissão	62,06	62,06
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	99,99	99,99
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia S.A.	Serviços	99,99	99,99
Windepar Holding S.A.	Holding	100,00	-
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.(i)	Transmissão	25,51	25,51
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	Transmissão	40,01	40,01
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i)	Transmissão	30,79	30,79
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii) (i)	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	Transmissão	50,02	47,52
La Virgen S.A.C. (v)	Geração	49,91	40,21
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi)	Transmissão	9,04	9,04
Companhia Transleste de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transirapé de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transudeste de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (vii)	Transmissão	9,23	9,23
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vii)	Transmissão	19,01	19,01
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Transmissão	46,00	46,00
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	Transmissão	51,00	51,00
Transnorte Energia S.A.	Transmissão	51,00	51,00

(i) Controladas diretamente pela EATE

(ii) Controladas diretamente pela Transminas

(iii) Controlada diretamente pela ETEP

(iv) Controlada diretamente pela ECTE

(v) Controlada diretamente pela Alupar Peru

(vi) Participação indireta via EATE

(vii) Participação indireta via ENTE

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

3.1.3. Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.

3.1.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.5. Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6. Contratos de concessão

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às controladas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

3.2. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

3.3. Imobilizado

3.3.1. Imobilizado de Geração e Transmissão

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 16, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2014.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.3.2. Imobilizado de Serviços

- **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº15. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2014.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos por:

Direito de concessão - uso do bem público

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia e suas controladas incorrem em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos - SPEs controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2014 e 2013 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia e das suas controladas considera que todas as usinas e as linhas de transmissão compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.1 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6.2 Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.6.3 Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.7. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos;

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Tributação

3.9.1. Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado aonde a energia é faturada.
- Imposto sobre Serviços (ISS) - alíquota de acordo com o Município onde o serviços é prestado.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto as controladas, que estão sob o regime de apuração com base no lucro presumido conforme detalhado na nota explicativa 31. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Atualmente, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- **Lucro Presumido:** Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n.º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.

- **Lucro Real** - Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.9.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

3.14. Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.14.1. Receita de transmissão de Energia Elétrica

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura;
- Remuneração do ativo de concessão.

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receita de transmissão de energia;
- Remuneração do ativo de concessão.

3.14.2. Receita de fornecimento de Energia Elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração energia entregue conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

3.14.3. Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.15. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.16. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) Fundo Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. As Controladas deste segmento possuem registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.17. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.18.1. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.3, a controladas coligadas do segmento de Transmissão e Geração utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 474, de 7 de fevereiro de 2013, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

3.18.2. Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionados às perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.18.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituíram provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.18.4. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.18.5. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.18.6. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

3.18.7. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.18.8. Determinação das receitas de infraestrutura

As controladas abrangidas pelo escopo do ICPC 01 (R1), registraram a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1). De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.18.9. Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.20. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

4. Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas

4.1. Pronunciamentos que entraram em vigor em 2015

Diversas normas e alterações entraram em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram nenhum impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

4.2. Normas e interpretações que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2015

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas emitidas cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15 e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2) IAS 16/CPC 27e IAS 41/CPC 29.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bancos - Depósitos a vista			13	15	227.981	67.272
Fundos de investimento (*)	97,77%	92,32%			72.686	48.770
Certificados de depósitos bancários	98,85%	93,58%			215.870	156.533
Operações compromissadas	123,90%	99,81%			15.341	42.456
Outros fundos de investimento	98,25%	93,84%			58.308	19.609
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	2	2	1.686	3.236
			15	17	591.872	337.876

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, operações compromissadas e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

(*) Referem-se ao fundo exclusivo FI - Energia, cuja composição da carteira é assim como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Composição da carteira		
Operações compromissadas - Notas do tesouro nacional	72.689	71.816
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	44.430	140.258
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	-	46.501
Valores a pagar	(5)	(15)
Disponibilidades	2	1
Total - FI Energia	117.116	258.561
Registrado em caixa e equivalentes de caixa	72.686	48.770
Registrado em investimentos de curto prazo	44.430	209.791
Total - FI Energia	117.116	258.561

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

6. Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo</u>				
Fundos de investimento (*)	97,70%	92,32%	44.430	209.791
			<u>44.430</u>	<u>209.791</u>

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundo exclusivo investido primordialmente em títulos do Tesouro Brasileiro (vide abaixo), e outros fundos de investimento em CDI, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(*) Referem-se ao fundo exclusivo FI - Energia, vide composição na nota explicativa 5.

7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos mobiliários é assim como segue:

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>				
Certificados de depósitos bancários	99,00%	-	6.304	-
Outros fundos de investimentos	88,79%	79,92%	67.121	35.748
Operações compromissadas	100,80%	99,79%	9.482	14.379
Debentures	100% cdi + Spread 4,10% aa		-	23.380
Outros			-	-
			<u>82.907</u>	<u>73.507</u>
<u>Não circulante</u>				
Certificados de depósitos bancários	99,00%	99,00%	3.054	6.811
Outros fundos de investimentos	95,44%	89,21%	3.790	21.762
Debentures (Principal)	100% cdi + Spread 4,10% aa		57.302	38.004
			<u>64.146</u>	<u>66.577</u>
			<u>147.053</u>	<u>140.084</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

- Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

- ii) Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Medições a faturar	-	-	-	-
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de Energia	-	-	133.413	149.330
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia	-	-	57.657	93.053
Depósitos e retenções	-	-	-	-
(-) Adiantamento de clientes	-	-	-	-
Consórcios de obras	-	-	-	-
	10.712	10.712	201.782	253.095
(-) Provisão para devedores duvidosos	(2.635)	(2.635)	(2.635)	(2.635)
	8.077	8.077	199.147	250.460
Circulante	8.077	8.077	190.789	236.828
Não circulante	-	-	8.358	13.632
	8.077	8.077	199.147	250.460

Os valores referentes a encargos de uso de transmissão incluem os valores faturados e ainda não recebidos. Em 31 de dezembro de 2015, não há faturas de clientes em aberto com saldos vencidos;

A Companhia tem como critério constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa para clientes em processo de concordata e para títulos vencidos acima de 360 dias, exceto para empresas públicas e governamentais que representa basicamente a perda histórica.

9. Impostos a compensar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e outros tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos a recuperar				
Circulante				
IRRF	411	678	30.850	1.020
IRPJ/CSLL	-	-	8.980	-
PIS	-	-	1.807	575
COFINS	-	-	8.463	3.149
INSS	1.301	1.301	1.803	1.824
Saldo Negativo - IRPJ	5.128	4.020	5.128	45.294
ICMS	-	-	274	275
Outros	-	-	1.577	634
Total circulante	6.840	5.999	58.882	52.771
Não circulante				
COFINS	-	-	6.784	17.862
PIS	-	-	1.270	3.649
INSS	-	-	89	89
Contribuição social sobre o lucro	-	-	8.685	-
Imposto de Renda	-	-	6.026	3.681
Outros	-	-	3.334	143
Total não circulante	-	-	26.188	25.424
Total	6.840	5.999	85.070	78.195

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ Diferido	-	-	9.004	812
CSLL Diferido	-	-	3.378	457
Total	-	-	12.382	1.269

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Ativo circulante</u>	64.233	111.407	4.524	4.299
<u>Dividendos a receber</u>	64.233	111.407	4.524	4.299
Alupar Investimentos S.A	64.233	111.407	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	-	-	4.524	4.299
<u>Ativo não-circulante</u>	6	19.955	6	19.971
<u>Operações de mútuos</u>	-	19.952	-	19.952
Ngp Participações Ltda	-	15.150	-	15.150
CIME S.A.	-	-	-	-
Erg Projetos e Construções Ltda.	-	4.793	-	4.793
Outros	-	9	-	9
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	6	3	6	19
Licht Energia S.A	6	3	6	3
Energia dos Ventos	-	-	-	16
<u>Venda de Ativos</u>	-	-	-	-
Cime S.A	-	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Passivo não-circulante</u>	21.672	47.990	21.672	47.990
<u>Operações de mútuos</u>	21.672	47.990	21.672	47.990
Cime Administração e Participações S.A	1.124	31.683	1.124	31.683
Ebac	5.917	5.572	5.917	5.572
Cavan Premoldado S.A.	3.400	-	3.400	-
614 TVC Interior S/A	11.231	10.735	11.231	10.735
<u>Compra de Ativos</u>	-	-	-	-
Cavan Pré Moldado S.A	-	-	-	-

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

11. Alienação de Investimentos

Neste quadro está contabilizado os valores passíveis de recebimento referente os investimentos alienados. Em 11/03/2014 foi realizada a venda da participação da Alumini Engenharia S.A, antiga denominação da Alusa Engenharia S.A. para a empresa Quatro Participações S/A.

De acordo com o contrato de compra e venda em 28/03/2014 foram vendidas 41.241.450 ações ordinárias e 102.482.950 preferenciais, por R\$ 56.000 milhões e o exercício da opção de venda e compra realizada em 30/07/2014 por R\$ 32.220mil. Deste valor foram recebidos R\$ 31 milhões, restando o saldo de R\$ 57.220 mil. Em 16/04/2015, foi assinado um aditivo contratual onde os vencimentos das parcelas passaram a ter uma carência de 36 meses.

12. Ativos mantidos para venda

Complexo Fortim

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Energia dos Ventos V S.A.	-	7.922
Energia dos Ventos VI S.A.	-	10.808
Energia dos Ventos VII S.A.	-	10.920
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	7.901
Energia dos Ventos IX S.A.	-	7.970
	-	45.521

Na data de 23 de dezembro de 2014, Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) e Alupar celebraram o “Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças”, no qual Furnas se obrigou sob condição suspensiva de eficácia de obtenção de anuência prévia por parte do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais-DEST, a comprar, e a Alupar se obrigou a vender a totalidade de ações que esta última detém, de emissão da Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos S.A. VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A..

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de vendas das empresas Energia dos Ventos V, VI, VII, VIII e IX, que resultou em um efeito positivo no montante de R\$ 5,9MM do valor anteriormente registrado como disponível para venda.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

13. Ativo financeiro da concessão

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão	1.249.115	1.176.519
<u>Não circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão	3.321.056	3.316.723
	<u>4.570.171</u>	<u>4.493.242</u>

a) /Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União - Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

As controladas da Companhia realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações contábeis de 30 de junho de 2015.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas e controladas em conjunto da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nestas controladas e controladas em conjunto. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas e controladas em conjunto são, ou serão, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico.
- Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

b) Critério de reajuste das tarifas de transmissão

Os contratos de concessão estabelecem os valores de receita que as controladas de transmissão receberão ao longo do período de concessão, sendo tais valores estáveis e previsíveis. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo os contratos de transmissão das controladas, as RAPs são ajustadas anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IGP-M ou IPCA, conforme contrato. As controladas diretas ETEM, ETES, ETVG e ELTE, as controladas em conjunto TME e TNE, controladas indiretas EBTE, ESDE e ETSE, estão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 5 anos, durante todo o prazo da concessão. Até que complete o 15º ano de concessão, essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão. Os contratos de concessão das controladas diretas EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, ETES, STN, das controladas indiretas Transirapé, Transleste, Transudeste e das controladas diretas e indiretas Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Os contratos de concessão outorgados pela ANEEL, anteriores à publicação da Resolução Normativa ANEEL n° 230, de 12 de setembro de 2006, que foi revogada pela Resolução Normativa n°. 490, de 29 de maio de 2012, não contêm previsão que autoriza a revisão tarifária periódica da RAP. Isso porque os respectivos editais de licitação não continham tal previsão, permitindo aos licitantes que projetassem a RAP constante de suas propostas financeiras sem levar em consideração eventuais revisões periódicas

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

c) Reforços, Melhorias e Receita em função destas obras

O Poder Concedente poderá alterar, unilateralmente, os contratos de concessão, inclusive quando houver alteração do projeto ou das especificações anteriormente previstas. À concessionária é garantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão podendo ser conferida uma receita adicional para amortização dos investimentos realizados para a implementação de tais alterações.

Já as melhorias, em tese, encontram-se abrangidas pelo objeto de cada concessão e servem para a continuidade da prestação do serviço adequado. Melhoria compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos ou adequação destas instalações visando manter a prestação de serviço adequada à transmissão de energia elétrica, de acordo com o respectivo contrato de concessão, Resoluções Normativas e os Procedimentos de Rede. Os custos incorridos com melhorias são registrados de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para que sejam considerados nas revisões da RAP subsequentes.

Reforço é a instalação, substituição ou reforma em instalações de transmissão existentes ou adequação destas instalações, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, a conexão de usuários. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

Em 31 de Dezembro de 2015, não há itens vencidos registrados no ativo financeiro da concessão.

14. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empresas coligadas e controladas	1.622.794	1.586.189	22	22
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto			416.996	302.862
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	9.271	9.274
Total	1.622.845	1.586.240	426.340	312.209

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	Companhia Técnica Eng. Elétrica Sucursal Argentina	Alupar Investimento S/A	Outros Investimentos	Total
Total de ações/quotas do capital social	2.100.000	624.901.800		
Total de ações/quotas da controladora % de participação	2.100.000 100,00%	404.001.000 64,65%		
Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2015	6	2.510.075		
Outras movimentações patrimoniais:				
Lucro (prejuízo) do exercício	(93)	209.169		
	<u>(93)</u>	<u>209.169</u>		
Movimentação dos investimentos na controladora:				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	93	1.586.074	22	1.586.189
Dividendos	-	(114.428)	-	(114.428)
Constituição de reserva para Reinvestimento - Reflexa	-	(228)	-	(228)
Resultado de equivalência patrimonial	(99)	135.228	-	135.129
Ganho/Perda na conversão de balanço	6	17.676	-	17.682
Agio/Deságio em participações	-	(1.550)	-	(1.550)
	<u>-</u>	<u>1.622.772</u>	<u>22</u>	<u>1.622.794</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	-	1.622.772	22	1.622.794

As atividades da Cia Técnica Surcursal Argentina, foi encerrado em Agosto/2015.

15. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Imobilizado de serviços	Taxa média	Saldo em	Adições	Baixas	Transferencias	Ganho e perda na conversão de balanços	31/12/2015
	anual de depreciação						
Custo							
Terrenos		2.675	-	-	-	-	2.675
Edificações	5%	1.965	-	-	-	-	1.965
Máquinas equip. e instalações industriais	10%-30%	1.286	-	-	-	-	1.286
Guindautos e equip. de transporte	10%	229	-	-	-	-	229
Veículos	5%-25%	895	-	-	-	-	895
Móveis e utensílios	10%	316	-	-	-	-	316
Computadores e periféricos	20%	159	-	-	-	-	159
Equipamentos de comunicação	10%	3	-	-	-	-	3
Ferramentas	10%	1	-	-	-	-	1
Adiantamentos para compra de imóveis		11	-	-	-	-	11
Total custo		7.540	-	-	-	-	7.540
Depreciação							
Edificações	5%	(1.532)	(79)	-	-	-	(1.611)
Máquinas equip. e instalações industriais	10%-30%	(1.286)	-	-	-	-	(1.286)
Guindautos e equip. de transporte	10%	(230)	-	-	-	-	(230)
Veículos	5%-25%	(895)	-	-	-	-	(895)
Móveis e utensílios	10%	(305)	(4)	-	-	-	(309)
Computadores e periféricos	20%	(159)	-	-	-	-	(159)
Equipamentos de comunicação	10%	(4)	-	-	-	-	(4)
Ferramentas	10%	(1)	-	-	-	-	(1)
Total Depreciação		(4.412)	(83)	-	-	-	(4.495)
Total		3.128	(83)	-	-	-	3.045
Imobilizado de Geração e Transmissão							
		Saldo em	Adições	Baixas	Transf.	Ganho e perda na conversão de balanços	31/12/2015
Em serviço							
Custo							
Terrenos		57.989	917	(7)	-	-	58.899
Reservatórios, Barragens e Adutoras		1.377.158	-	-	24.736	-	1.401.894
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		326.200	17.089	(44)	(12.126)	-	331.119
Máquinas e Equipamentos		767.466	419	-	373.807	-	1.141.692
Veículos		1.533	607	-	923	-	3.063
Móveis e Utensílios		4.118	419	-	1.256	-	5.793
Arrendamento Financeiro		-	-	-	-	-	-
Total custo		2.534.464	19.451	(51)	388.596	-	2.942.460
Depreciação							
Terrenos		-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,45%	(48.944)	(30.231)	-	-	-	(79.175)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4,28%	(15.486)	(7.067)	-	-	(38)	(22.591)
Máquinas e Equipamentos	3,16%	(61.568)	(31.013)	(2)	-	(52)	(92.635)
Veículos	27,46%	(705)	(375)	(421)	-	(42)	(1.543)
Móveis e Utensílios	8,12%	(1.122)	(446)	(1)	-	(29)	(1.598)
Total Depreciação		(127.825)	(69.132)	(424)	-	(161)	(197.542)
Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço		2.406.639	(49.681)	(475)	388.596	(161)	2.744.918
Em curso		454.082	852.502	(1.078)	(388.596)	-	916.910
Total da movimentação de geração e transmissão		2.860.721	802.821	(1.553)	-	(161)	3.661.828
Total do imobilizado consolidado		2.863.849	802.738	(1.553)	-	(161)	3.664.873

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

a) Imobilizado em curso

As principais obras em curso do Grupo “Alupar” são as seguintes:

- UHE Ferreira Gomes: em 31 de dezembro de 2015 foi realizada a unitização da usina por completo em função da entrada em operação da 3ª turbina conforme previsto no cronograma, e o saldo desta obra, totaliza R\$ 387.586 (R\$ 378.401 em 31 de dezembro de 2014) e;
- Parque Eólico - Complexo Aracati: o Complexo Aracati é composto de 5 parques eólicos com uma capacidade instalada de 89,2 MW e a entrada em operação comercial plena está previsto para o primeiro semestre de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo pertencente a essas obras em curso perfaz R\$ 438.171, para os parques que estão com as datas de entrada em operação em atraso a Administração já efetuou os protocolos junto a ANEEL dos pedidos de postergação do início de operação, para os quais a Administração aguarda formalização do órgão regulador.

b) Capitalização de Encargos

A Companhia capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2015 foram de R\$ 49.155 (R\$ 53.132 em 31 de dezembro de 2014), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$ 11.242 (R\$ 3.507 em 31 de dezembro de 2014). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$ 40.427 (R\$ 49.625 em 31 de dezembro de 2014).

c) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment) de Encargos

Em 31 de dezembro de 2015 não existem indicativos, por meio de fontes internas ou externas, de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

16. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

	31/12/2014	Adições	Baixas	Ganho e perda na conversão de balanços	Transferências	Outros	31/12/2015
Custos							
Outros intangíveis de concessão	12.865	1.123	(2.522)	-	3.649	(4.400)	10.715
Uso do bem público	16.348	-	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações	44.001	13.921	-	-	-	-	57.922
Outros intangíveis	156	-	-	-	116	-	272
	73.370	15.044	(2.522)	-	3.765	(4.400)	85.257
Amortizações							
Outros intangíveis de concessão	(1.886)	(2.354)	-	56	(116)	130	(4.170)
Uso do bem público	(1.752)	(521)	-	-	-	-	(2.273)
Intangível gerado na aquisição de ações	(5.992)	(1.599)	-	-	-	-	(7.591)
Outros intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
	(9.630)	(4.474)	-	56	(116)	130	(14.034)
Projeto em desenvolvimento	92.735	5.190	(1.391)	-	(3.649)	(14.558)	78.327
Total	156.475	15.760	(3.913)	56	-	(18.828)	149.550

a) Ágio decorrente da concessão

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	31/12/2015	31/12/2014
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
La Virgem S.A.C.	6.164	6.164
Energia dos Ventos I S.A. (**)	3.006	-
Energia dos Ventos II S.A. (**)	1.847	-
Energia dos Ventos III S.A. (**)	2.714	-
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	3.934	-
Energia dos Ventos X S.A. (**)	2.420	-
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	9.766	9.766
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica(*)	8.942	8.942
Companhia Transleste de Transmissão (*)	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4.391	4.391
Outros	247	247
	57.922	44.001
Amortização de Ágio	(7.591)	(5.992)
	50.331	38.009

(*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste e Transirapé por parte da controlada EATE.

(**) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

b) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico - SPE's.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais preparadas pela administração

c) Perdas pela não recuperabilidade do intangível (impairment)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

17. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Moeda Nacional				
Banco do Brasil	-	-	15.624	17.056
Banco do Nordeste	-	-	168.020	187.201
Banco Itau Leasing	-	-	-	37
Banco Safra	-	-	-	15.014
Banco Santander	30.851	40.298	55.161	40.298
BDMG	-	-	28.552	31.285
BDMG - Finame	-	-	19.806	16.647
BNDES	-	-	1.289.898	1.382.387
FINEP	-	-	28.356	40.089
Outros	-	-	-	167
	30.851	40.298	1.605.417	1.730.181
Moeda Estrangeira:				
Bank of Geórgia	-	475	-	475
Itau	-	-	40.330	35.952
BDMG	-	-	2.864	3.249
Santander	-	-	403.770	26.865
Banco CorpBanca	-	-	55.517	-
Bancolombia	-	-	271	201
	-	475	502.752	66.742
Outras Modalidades:				
Debentures	-	-	2.551.042	2.220.887
Total	30.851	40.773	4.659.211	4.017.810
(-) Parcelas vencendo a curto prazo	(30.851)	(40.773)	(1.143.737)	(582.175)
Parcelas vencendo a longo prazo	-	-	(3.515.474)	(3.435.635)

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante			Não Circulante			Total Geral 31/12/2015	
			Indexador	Juros(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	Total 31/12/2015	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	Total 31/12/2015		
Moeda nacional - R\$												
Banco Santander	Guarupart	mar/16	CDI	-	1.078	-	1.078	-	-	-	1.078	
Banco Santander	Guarupart	mar/16	CDI	-	24.222	-	24.222	-	-	-	24.222	
Banco Santander	Guarupart	mar/16	CDI	-	5.551	-	5.551	-	-	-	5.551	
Total Controladora					30.851		30.851				30.851	
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	dez/26	-	10,00	1.549	(6)	1.543	14.127	(46)	14.081	15.624	
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	jun/16	CDI	1,15	24.310	-	24.310	-	-	-	24.310	
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	jan/17	-	5,00	2.581	-	2.581	20.100	-	20.100	22.681	
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	jan/24	-	3,50	2.325	-	2.325	16.875	-	16.875	19.200	
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jul/20	TJLP	4,50	133	-	133	473	-	473	606	
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	set/23	TJLP	3,50	469	-	469	5.402	-	5.402	5.871	
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/25	-	9,50	1.178	-	1.178	6.286	-	6.286	7.464	
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	out/19	-	10,00	19.445	-	19.445	141.111	-	141.111	160.556	
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	dez/26	TJLP	2,37	2.093	(4)	2.089	13.752	(27)	13.725	15.814	
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	mar/27	TJLP	2,37	15.693	-	15.693	154.584	-	154.584	170.277	
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/31	TJLP	2,34	13.433	-	13.433	138.068	-	138.068	151.501	
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	abr/31	TJLP	1,93	9.643	-	9.643	75.618	-	75.618	85.261	
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	abr/31	TJLP	1,93	9.504	-	9.504	76.768	-	76.768	86.272	
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	dez/22	-	2,50	1.292	-	1.292	10.425	-	10.425	11.717	
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	mar/27	TJLP	2,22	2.114	-	2.114	16.561	-	16.561	18.675	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	set/27	TJLP	2,56	11.381	-	11.381	92.597	-	92.597	103.978	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	abr/25	TJLP	2,38	290	-	290	1.903	-	1.903	2.193	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	abr/25	TJLP	2,04	3.383	-	3.383	30.445	-	30.445	33.828	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	fev/17	-	2,50	1.640	-	1.640	16.307	-	16.307	17.947	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	fev/17	TJLP	2,34	15.143	(240)	14.903	205.822	(3.427)	202.395	217.298	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	fev/17	-	3,50	3.270	-	3.270	37.309	-	37.309	40.579	
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	fev/17	TJLP	2,04	110	-	110	990	-	990	1.100	
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	jan/25	TJLP	2,34	5.995	-	5.995	81.462	-	81.462	87.457	
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	jan/25	TJLP	2,34	676	-	676	9.191	-	9.191	9.867	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	jul/18	-	4,50	2.911	-	2.911	8.427	-	8.427	11.338	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	jun/24	-	4,50	1.568	(32)	1.536	4.409	(70)	4.339	5.875	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	jul/20	-	2,50	1.595	-	1.595	9.102	-	9.102	10.697	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	jan/24	-	3,50	4.492	-	4.492	30.698	-	30.698	35.190	
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	out/29	TJLP	2,34	24.896	-	24.896	148.228	-	148.228	173.124	
Custo de captação BNDES	Verde 8	fev/25	-	9,50	-	(240)	240	-	-	-	240	
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/17	-	10,00	3	-	3	1	-	1	4	
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/17	-	10,00	23	-	23	4	-	4	27	
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	nov/23	-	3,00	43	-	43	67	-	67	110	
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/17	TJLP	5,70	1	-	1	-	-	-	1	
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/17	TJLP	5,70	7	-	7	1	-	1	8	
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	mai/18	-	8,00	11.902	(111)	11.791	16.723	(158)	16.565	28.356	
Total Consolidado - Moeda Nacional					225.942		(633)	225.309	1.383.836	(3.728)	1.380.108	1.605.417
Moeda estrangeira												
Santander - Contrato nº 2885	Operacionais	out/17	Libor (*)	3,85	-	-	-	81.283	-	81.283	81.283	
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	dez/17	Libor (*)	3,85	-	-	-	-	-	-	-	
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Vigen	jan/16	Libor (*)	2,40% aa	205.361	-	205.361	-	-	-	205.361	
Santander - Contrato COFIDE	La Vigen	jan/17	-	5,00	117.126	-	117.126	-	-	-	117.126	
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	mar/16	DTF (T.A.) (**)	8,00	1.933	-	1.933	931	-	931	2.864	
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	mar/16	DTF (T.A.) (**)	8,00	23	-	23	-	-	-	23	
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	jul/16	DTF (T.A.) (**)	8,00	23	-	23	-	-	-	23	
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	mar/17	DTF (T.A.) (**)	8,69	43	-	43	-	-	-	43	
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (***)	-	68	-	68	17	-	17	85	
Bancolombia - Contrato nº 258419633	Risaralda	-	-	58	-	-	58	39	-	39	97	
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	-	-	455	-	-	455	39.875	-	39.875	40.330	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	-	130	-	-	130	12.462	-	12.462	12.592	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	-	255	-	-	255	24.989	-	24.989	25.244	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	-	64	-	-	64	17.617	-	17.617	17.681	
Total consolidado - Moeda estrangeira					325.539		-	325.539	177.213	-	177.213	502.752

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante			Não Circulante			Total Geral 31/12/2015	
			Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	Total 31/12/2015	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	Total 31/12/2015		
Debêntures:										
4ª Emissão	Alupar	fev/18	CDI +1,45%	9.356	(160)	9.196	150.000	(146)	149.854	159.050
5ª Emissão	Alupar	mai/27	IPCA +7,8%	21.817	(13)	21.804	365.795	(136)	365.659	387.463
6ª Emissão	Alupar	abr/21	IPCA +7,45%	3.975	(1.230)	2.745	265.342	(5.331)	260.011	262.756
1ª Emissão	EATE	mar/16	CDI +1,3%	19.766	(2)	19.764	-	-	-	19.764
2ª Emissão	EATE	out/17	CDI +0,9875%	63.501	(101)	63.400	60.000	(43)	59.957	123.357
3ª Emissão	EATE	mar/19	CDI +1,15%	84.441	(244)	84.197	186.948	(187)	186.761	270.958
4ª Emissão	EATE	ago/20	109,75% CDI +0%	22.130	(94)	22.036	140.294	(121)	140.173	162.209
2ª Emissão	ECTE	out/17	CDI +0,99%	25.570	(57)	25.513	40.000	(25)	39.975	65.488
3ª Emissão	ECTE	fev/20	CDI +2,15%	6.594	(312)	6.282	65.002	(521)	64.481	70.763
1ª Emissão	ENTE	mar/16	CDI +1,3%	10.432	(1)	10.431	-	-	-	10.431
2ª Emissão	ENTE	ago/20	109,75% CDI +0%	34.519	(147)	34.372	218.823	(188)	218.635	253.007
1ª Emissão	ETEP	nov/16	112,5% CDI	13.285	(16)	13.269	-	-	-	13.269
2ª Emissão	ETEP	ago/20	109,75% CDI	9.604	(74)	9.530	60.882	(95)	60.787	70.317
3ª Emissão	Ferreira Gomes	ago/20	IPCA 6,47%	383	(1.319)	(936)	254.449	(14.511)	239.938	239.002
1ª Emissão	STN	nov/17	109,75% CDI	14.058	(116)	13.942	89.118	(301)	88.817	102.759
1ª Emissão	Transirapé	nov/17	CDI +0,99%	12.191	(39)	12.152	15.938	(36)	15.902	28.054
1ª Emissão	Transleste	ago/20	109,75% CDI	7.679	(56)	7.623	48.682	(202)	48.480	56.103
1ª Emissão	Transudeste	nov/17	CDI +0,99%	14.610	(43)	14.567	18.763	(40)	18.723	33.290
1ª Emissão	EDV I	abr/16	110,0% CDI	25.544	(112)	25.432	-	-	-	25.432
2ª Emissão	EDV I	abr/16	110,0% CDI	24.601	(215)	24.386	-	-	-	24.386
1ª Emissão	EDV II	abr/16	110,0% CDI	15.321	(70)	15.251	-	-	-	15.251
2ª Emissão	EDV II	abr/16	110,0% CDI	13.906	(125)	13.781	-	-	-	13.781
1ª Emissão	EDV III	abr/16	110,0% CDI	22.994	(101)	22.893	-	-	-	22.893
2ª Emissão	EDV III			19.253	(170)	19.083	-	-	-	19.083
1ª Emissão	EDV IV			33.204	(142)	33.062	-	-	-	33.062
2ª Emissão	EDV IV			25.671	(224)	25.447	-	-	-	25.447
1ª Emissão	EDV X			20.432	(91)	20.341	-	-	-	20.341
2ª Emissão	EDV X			23.532	(206)	23.326	-	-	-	23.326
Total consolidado - Debêntures				598.369	(5.480)	592.889	1.980.036	(21.883)	1.958.153	2.551.042
Total de empréstimos e financiamentos				1.149.850	(6.113)	1.143.737	3.541.085	(25.611)	3.515.474	4.659.211

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possuem como garantia o penhor de ações que a Companhia detém das mesmas.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2015, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento. Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, com exceção da da SPE IJui, o qual em 29 de dezembro de 2015 o BNDES autorizou a Companhia a ficar desobrigada, exclusivamente para o exercício de 2015, da obrigação de atender o índice de cobertura do serviço da dívida, para o índice de capitalização o mesmo foi atendido

Em 31 de dezembro de 2015 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 91.140 (R\$ 50.127 em 31 de dezembro de 2014).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Debêntures

a) As principais características das debêntures são conforme segue:

A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), e que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é exigido trimestralmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado das debentures. Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas foram atendidas. e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e controladas em conjunto.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis

Em 31 de Dezembro de 2015, as parcelas relativas aos **empréstimos, financiamentos e debêntures**, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
2016	2016	-	496.859
2017	2017	827.584	708.639
2018	2018	488.337	463.351
2019	2019	385.733	346.916
2020	2020	447.405	285.863
Após 2020	Após 2020	1.366.415	1.134.007
		-	-
		3.515.474	3.435.635

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

18. Tributos e Contribuições Sociais corrente e diferido

a) Tributos e Contribuições Sociais a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Circulante</u>				
IRRF	669	419	5.625	1.411
Provisão para Imposto de Renda	-	-	31.342	19.083
Provisão para Contrib. Social	-	-	24.555	30.387
PIS	3	-	2.041	1.814
COFINS	15	-	7.510	7.046
ICMS	-	-	7.164	7.110
INSS	-	-	2.517	2.110
ISS	52	52	1.179	1.651
Parcelamentos de impostos	-	-	-	-
Outros	22	22	837	511
	<u>761</u>	<u>493</u>	<u>82.770</u>	<u>71.123</u>
<u>Não Circulante</u>				
Parcelamentos de impostos	-	-	-	-
Outros impostos	-	-	1.581	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.581</u>	<u>-</u>

b) Tributos e Contribuições Sociais diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Não circulante</u>				
Imposto de renda diferido	115	130	251.785	267.585
Contribuição social diferido	40	45	154.980	131.872
	<u>155</u>	<u>175</u>	<u>406.765</u>	<u>399.457</u>

19. Provisões de Constituição de Ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Controladas</u>		
Companhia Transleste de Transmissão	1.499	1.499
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	8.052	8.331
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	12.387	17.380
Foz do Rio Claro Energia S.A.	494	494
Energia dos Ventos IV S.A.	35.925	-
Ferreira Gomes Energia S.A	34.698	77.045
	<u>93.055</u>	<u>104.749</u>
		-
Circulante	83.449	93.056
Não circulante	<u>9.606</u>	<u>11.693</u>
	<u>93.055</u>	<u>104.749</u>

20. Provisão para gastos ambientais:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Controladas</u>		
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	30	30
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	8.677	7.849
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	622	563
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	340	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	389	875
Ijuí Energia S.A.	1.535	2.380
Ferreira Gomes Energia S.A	<u>21.860</u>	<u>17.060</u>
	<u>33.453</u>	<u>28.757</u>
Circulante	22.239	19.465
Não circulante	<u>11.214</u>	<u>9.292</u>
	<u>33.453</u>	<u>28.757</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de UHE's e linhas de transmissão, e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. A constituição dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em curso. A realização dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

21. Taxas Regulamentares e Setoriais

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	2.317	3.103
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	7.040	5.113
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	613	237
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	36.951	34.241
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	840	1.019
Ministério de minas e energia - MME	452	509
	<u>48.213</u>	<u>44.222</u>
Circulante	48.213	43.907
Não circulante	-	315
	<u>48.213</u>	<u>44.222</u>

22. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital social é de R\$ 476.726, totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

A composição societária da Companhia em 31 de Dezembro 2015 é a seguinte:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de Quotas</u>	<u>% participação</u>
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros Pessoa Física	1	0,00%
Total	<u>476.725.512</u>	<u>100,00%</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Reserva de lucros

- Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.
- Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Segue a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

<u>Distribuição do resultado do exercício</u>	<u>2015</u>
Resultado do Exercício findo em 31/12/2015	114.089.695,64
Constituição de Reserva Legal 5 %	(5.704.484,78)
Base para provisão dos dividendos a pagar	108.385.210,86
Provisão de dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>27.096.302,72</u>
Saldo transferido para Retenção de Lucros	81.288.908,15

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras				
- Receitas de aplicações financeiras	-	3.605	70.581	69.559
- Variações cambiais	-	550	-	550
- Juros sobre contratos de mutuos	954	8.444	954	8.444
(-) Tributos sobre receita	(18)	-	(454)	-
- Outras	1.051	289	16.761	5.889
Total	1.987	12.888	87.842	84.442
Despesas Financeiras				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	5.349	5.452	150.063	92.968
Encargos s/debentures	-	-	344.029	187.815
- Variações cambiais	-	108	3.115	4.901
Juros s/parcelamento de impostos	-	17.609	-	17.609
- Juros sobre contratos de mutuos	1.422	1.739	1.422	1.739
- IOF	86	83	86	83
- Outras	1.367	673	23.061	34.729
Total	8.224	25.664	521.776	339.844

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

24. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Receita Bruta</u>		
Serviços Prestados	-	23
Receita de transmissão de energia	108.653	111.440
Suprimento de energia	378.486	311.466
Remuneração do ativo de concessão	1.070.003	1.022.414
Receita de infra-estrutura	75.777	130.622
	<u>1.632.919</u>	<u>1.575.965</u>
<u>Deduções</u>		
ISS	(472)	(387)
PIS	(14.892)	(10.339)
COFINS	(68.670)	(47.694)
ICMS	(5.115)	(3.743)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(31.272)	(27.723)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.361)	(4.778)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(5.354)	(4.778)
Ministério de minas e energia - MME	(2.680)	(2.392)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(5.544)	-
	<u>(139.360)</u>	<u>(101.834)</u>
Receita Operacional líquida	<u>1.493.559</u>	<u>1.474.131</u>

25. Instrumentos Financeiros

25.1. Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

25.2. Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Consolidado				Critério de avaliação	Classificação
	31/12/2015		31/12/2014			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	591.872	591.872	337.876	337.876	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	44.430	44.430	209.791	209.791	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	147.053	147.053	140.084	140.084	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	199.147	199.147	250.460	250.460	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	4.570.171	4.570.171	4.493.242	4.493.242	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos judiciais	12.106	12.106	11.640	11.640	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>5.564.779</u>	<u>5.564.779</u>	<u>5.443.093</u>	<u>5.443.093</u>		
Passivo						
Fornecedores	344.858	344.858	85.644	85.644	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	2.108.169	2.108.169	1.796.923	1.796.923	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures	2.551.042	2.551.042	2.220.887	2.220.887	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>5.004.069</u>	<u>5.004.069</u>	<u>4.103.454</u>	<u>4.103.454</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

25.3. Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 4.628.360, sendo que 24,04 % desse valor (ou R\$ 1.112.886) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

25.4. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

25.4.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

25.4.2 Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 679.015 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

25.4.3 Riscos de mercado

a) Risco Hidrológico:

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo “Generation Scaling Factor (GSF)” ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

b) Risco de Descontratação:

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas das controladas de geração estão sendo vendidos para o ACR e ACL, estando, aproximadamente, 15% descontratada a partir de 2015 quando combinado com os recursos da comercializadora de energia controlada da Companhia.

A partir de 2015, as receitas das controladas de geração estarão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

25.4.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 2,6 % do total da dívida consolidada (1,7% em 31 de dezembro de 2014).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

25.4.5 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

25.4.6 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

25.4.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

25.4.8 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

26. Informações por Segmento

Os segmentos operacionais da Guarupart consistem na atividade de transmissão, geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Demonstração de resultado segregado por segmento em 31/12/2015

	Transmissão	Geração	Outros	Holding	Total Consolidado
Receita operacional líquida	1.159.827	281.942	51.790	-	1.493.559
Custo dos serviços prestados	(76.215)	(50.164)	(5.084)	-	(131.463)
Custo dos produtos vendidos prestados	-	-	-	-	-
Compra de Energia	-	(63.944)	-	-	(63.944)
Custo de Infraestrutura	(75.778)	-	-	-	(75.778)
Depreciação / Amortização	(108)	(68.636)	(9)	-	(68.753)
	(152.101)	(182.744)	(5.093)	-	(339.938)
Lucro bruto	1.007.726	99.198	46.697	-	1.153.621
(Despesas) receitas operacionais					
Vendas	-	-	-	-	-
Administrativas e gerais	(30.267)	(29.733)	(706)	(37.346)	(98.052)
Depreciação/Amortização	(2.639)	(812)	(3)	(1.434)	(4.888)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(8.105)	(2.194)	-	(8.350)	(18.649)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	15.580	15.580
Outras receitas	121	300	-	14.449	14.870
Outras despesas	-	(117)	-	(45)	(162)
	(40.890)	(32.556)	(709)	(17.146)	(91.301)
Lucro antes do resultado financeiro	966.836	66.642	45.988	(17.146)	1.062.320
Despesas financeiras	(238.686)	(134.396)	(10)	(148.684)	(521.776)
Receitas financeiras	26.510	20.668	96	40.568	87.842
	(212.176)	(113.728)	86	(108.116)	(433.934)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	754.660	(47.086)	46.074	(125.262)	628.386
Imposto de renda	(40.277)	(7.094)	-	-	(47.371)
Contribuição social	(45.739)	(2.928)	-	-	(48.667)
Imposto de renda diferido	20.462	8.192	-	-	28.654
Contribuição social diferidos	(13.867)	2.921	-	-	(10.946)
	(79.421)	1.091	-	-	(78.330)
Lucro antes da participação de não controladores	675.239	(45.995)	46.074	(125.262)	550.056
Participação de não controladores	(353.832)	(2.383)	-	(79.751)	(435.966)
Lucro Líquido do Exercício	321.407	(48.378)	46.074	(205.013)	114.090
Ebitda	969.583	136.090	46.000	(15.712)	1.135.961
Margem de Ebitda	83,60%	48,27%	-	-	76,06%

27. Seguros

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

28. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

29. Evento relevante

- Controlada Alupar Investimentos S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumentam de capital realizado pela Companhia após o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 são conforme segue:

<u>Controlada</u>	<u>Data</u>	<u>Valor</u>
Água Limpa S.A.	04/01/2016	35
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	04/01/2016	30
Verde 8 Energia S.A.	04/01/2016	30
Água Limpa S.A.	07/01/2016	300
Boa Vista Participações S.A.	07/01/2016	1
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	07/01/2016	870
Verde 8 Energia S.A.	07/01/2016	730
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	12/01/2016	314
Windepar Holding S.A.	12/01/2016	5.999
Ijuí Energia S.A.	14/01/2016	500
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	19/01/2016	160
Água Limpa S.A.	26/01/2016	100
Verde 8 Energia S.A.	26/01/2016	130
Windepar Holding S.A.	26/01/2016	15
Ijuí Energia S.A.	03/02/2016	460
Alupar Chile Inversiones SpA	04/02/2016	119
Forquilha IV Energia S.A.	04/02/2016	25
Verde 8 Energia S.A.	04/02/2016	230
Windepar Holding S.A.	10/02/2016	2.312
Windepar Holding S.A.	12/02/2016	2.700
Água Limpa S.A.	16/02/2016	100
Verde 8 Energia S.A.	16/02/2016	215
Verde 8 Energia S.A.	18/02/2016	110
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	23/02/2016	100
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	26/02/2016	3.000
	Total	<u>18.585</u>

Cristiane dos Santos
CRC 1SP 147507/O-1

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor